



# Ferramenta local para identificar outras medidas eficazes de conservação baseadas em área (OECMs)

Harry D. Jonas, Kathy MacKinnon, Daniel Marnewick e Pete Wood

Primeira edição



Série de Relatórios Técnicos da UICN WCPA n° 6



## SÉRIE DE RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS DA UICN WCPA

Os relatórios técnicos da UICN WCPA têm como objetivo apresentarem uma síntese, revisada por pares, de respostas a questões de importância global para gestores de áreas protegidas e OECMs, formuladores de políticas e cientistas. Esses relatórios definem questões ou problemas críticos que essas áreas enfrentam agora e devem enfrentar no futuro e fazem recomendações sobre a melhor forma de abordar tais questões. O público destes relatórios inclui governos nacionais e regionais, agências de áreas protegidas, organizações não governamentais, comunidades, parceiros do setor privado, o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica e outras partes interessadas que se esforçam para alcançar metas e compromissos relacionados ao avanço do estabelecimento e gestão de abordagens baseadas em áreas para a conservação da biodiversidade.

O conjunto completo de relatórios técnicos, bem como as Diretrizes de Boas Práticas da UICN WCPA, estão disponíveis para download em: <https://www.iucn.org/our-union/commissions/world-commission-protected-areas/our-work/wcpa-publications>

Recursos complementares estão disponíveis em [www.cbd.int/protected/tools/](http://www.cbd.int/protected/tools/)

Contribua para desenvolver a capacidade para um planeta protegido no site [www.protectedplanet.net/](http://www.protectedplanet.net/)

## DEFINIÇÃO DE ÁREA PROTEGIDA, CATEGORIAS, DE GESTÃO E TIPOS DE GOVERNANÇA

A definição da UICN de área protegida é:

**Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, por meio de instrumentos legais ou outras ferramentas eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com os serviços ecossistêmicos e valores culturais associados.**

A definição se expande por meio de seis categorias de gestão (uma delas com uma subdivisão), resumidas abaixo.

**Ia. Reserva natural estrita:** Estritamente protegida pelas características de sua biodiversidade e também, possivelmente, pelas características geológicas/geomorfológicas. Tem a visitação, uso e impactos humanos controlados e limitados para garantir a proteção dos valores de conservação.

**Ib Área selvagem:** Geralmente são áreas grandes e intocadas, ou levemente modificadas, que mantêm suas características e influências naturais, sem presença humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar a sua condição natural.

**II Parque nacional:** Grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem processos ecológicos em grande escala com espécies e ecossistemas característicos, que também oferecem oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e para visitas ambiental e culturalmente compatíveis.

**III Monumento ou recurso natural:** Áreas reservadas para proteger um monumento natural específico, que pode ser um acidente geográfico, um monte submarino, uma caverna marinha, um elemento geológico como uma gruta, ou um elemento vivo como um bosque antigo.

**IV Área de gestão de habitats/espécies:** Áreas de proteção de determinadas espécies ou habitats em que a gestão reflete essa prioridade. Muitas necessitarão de intervenções regulares e ativas para satisfazer as necessidades de espécies ou habitats específicos, mas isso não é um requisito da categoria.

**V Paisagem terrestre ou marinha protegida:** locais em que a interação das pessoas e da natureza ao longo do tempo produziu um caráter distinto com valor ecológico, biológico, cultural e paisagístico significativo. Além disso, local onde salvaguardar a integridade dessa interação é vital para proteger e preservar a área, a conservação da natureza e outros valores associados.

**VI Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais:** Áreas que conservam ecossistemas, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente são grandes, principalmente em condições naturais, com uma proporção sob gestão sustentável dos recursos naturais e onde a utilização de recursos naturais não industriais de baixo nível, compatível com a conservação da natureza, é vista como um dos principais objetivos. A categoria deve basear-se no(s) objetivo(s) primário(s) de gestão, que devem aplicar-se a pelo menos três quartos da área protegida – a regra dos 75 por cento.

As categorias de gestão são aplicadas com uma tipologia de tipos de governança – uma descrição de quem detém autoridade e responsabilidade pela área protegida. A UICN define quatro tipos de governança.

**Tipo A. Governança pelo governo:** Ministério/agência federal ou nacional responsável; ministério ou agência regional responsável (por exemplo, em nível federal, estadual, municipal); gestão delegada pelo governo (por exemplo, a uma ONG).

**Tipo B. Governança compartilhada:** Governança transfronteiriça (acordos formais e informais entre dois ou mais países); governança colaborativa (por meio de várias formas em que diversos atores e instituições trabalham em conjunto); governança conjunta (conselho pluralista ou outro órgão de governo multipartidário).

**Tipo C. Governança privada:** Áreas conservadas estabelecidas e administradas por proprietários individuais; organizações sem fins lucrativos (por exemplo, ONGs, universidades) e organizações com fins lucrativos (por exemplo, proprietários empresariais).

**Tipo D. Governança por Povos Indígenas e comunidades locais:** Áreas e territórios conservados de Povos Indígenas – estabelecidos e governados por Povos Indígenas; áreas conservadas por comunidades – estabelecidas e governadas por comunidades locais.

Para obter mais informações sobre a definição, categorias e tipos de governança da UICN, consulte Dudley (2008). *Guidelines for applying protected area management categories*, que pode ser baixado em: <https://portals.iucn.org/library/node/9243>

Para mais informações sobre tipos de governança, consulte Borrini-Feyerabend, et al., (2013). *Governança de áreas protegidas: Da compreensão para a ação*, que pode ser baixado em <https://portals.iucn.org/library/node/46934>

# Ferramenta local para identificar outras medidas eficazes de conservação baseadas em área (OECMs)

Primeira edição



### **União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)**

União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) A UICN ajuda o mundo a encontrar soluções pragmáticas para os nossos desafios ambientais e de desenvolvimento mais urgentes. A UICN trabalha com o tema de biodiversidade, mudanças climáticas, energia, meios de subsistência humanos e promovendo o aumento da sustentabilidade da economia mundial por meio do apoio à pesquisa científica e da gestão de projetos de campo em todo o mundo, reunindo governos, organizações não governamentais, as Nações Unidas e empresas para desenvolver políticas, leis e melhores práticas. A UICN é a maior organização ambiental do mundo e também a mais antiga, com mais de 1.400 membros de governos e organizações não-governamentais e mais de 15.000 especialistas voluntários. O trabalho da UICN é apoiado por cerca de 950 funcionários em mais de 50 países e centenas de parceiros nos setores público, não-governamental e privado em todo o mundo.

[www.iucn.org](http://www.iucn.org)



### **Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN (WCPA)**

Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN A Comissão Mundial de Áreas Protegidas (World Commission on Protected Areas, WCPA) da UICN é a principal rede mundial de especialistas em áreas protegidas e conservadas. A Comissão tem mais de 2.500 membros em 140 países que prestam aconselhamento estratégico aos formuladores de políticas e trabalham para reforçar a capacidade e o investimento para o estabelecimento e gestão de áreas protegidas. A série de relatórios técnicos é um dos principais produtos da Comissão, fornecendo uma orientação oportuna sobre aspectos de planejamento, gestão e avaliação de áreas protegidas

[www.iucn.org/our-union/commissions/world-commission-protected-areas/our-work/wcpa-publications/iucn-wcpa](http://www.iucn.org/our-union/commissions/world-commission-protected-areas/our-work/wcpa-publications/iucn-wcpa)



### **Bezos Earth Fund**

O Fundo Bezos para a Terra (Bezos Earth Fund) foi estabelecido com o maior compromisso da história para combater as mudanças climáticas e proteger a natureza. O compromisso de subvenção de 10 bilhões de dólares será desembolsado até 2030, data em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas devem ser alcançados. Nós visamos aproveitar o melhor da engenhosidade humana, adaptabilidade e ação coletiva para criar um futuro em que todos possam prosperar.

[www.bezosearthfund.org](http://www.bezosearthfund.org)



Federal Agency  
for Nature  
Conservation

### **BfN**

A Agência Federal para a Conservação da Natureza (Bundesamt für Naturschutz, BfN) é a autoridade central do governo alemão para a conservação nacional e internacional da natureza. Como autoridade científica, ela aconselha os formadores de políticas, fornece ao governo uma base científica para a conservação da natureza e garante que a lei de conservação da natureza seja implementada. Em especial, a BfN apoia e aconselha o Ministério Federal do Meio Ambiente sobre todos os aspectos de conservação da natureza, gestão paisagística e cooperação internacional.

<https://www.bfn.de/en>



### **PNUMA-WCMC**

O Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA-WCMC, World Conservation Monitoring Centre) é um centro global de excelência sobre biodiversidade e a contribuição da natureza para a sociedade e para a economia.

<https://www.unep-wcmc.org/en>



### **WWF (World Wide Fund for Nature)**

A WWF tem sido uma liderança para a defesa da natureza há mais de meio século, trabalhando em 100 países e seis continentes com a ajuda de mais de cinco milhões de apoiadores. Com o desejo de garantir um futuro positivo para a vida selvagem, rios, florestas e oceanos do mundo, o WWF está pressionando para a redução de emissões de carbono que vai evitar mudanças climáticas catastróficas e incentivando medidas que ajudem as pessoas a viver de forma sustentável, dentro dos limites do planeta. O trabalho da WWF é embasado na ciência, com uma missão precisa – criar um mundo onde as pessoas vivam em harmonia com a natureza.

[wwf.panda.org](http://wwf.panda.org)

# Ferramenta local para identificar outras medidas eficazes de conservação baseadas em área (OECMs)

Harry D. Jonas, Kathy MacKinnon, Daniel Marnewick e Pete Wood

Primeira edição

A designação de entidades geográficas neste livro e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UICN ou de outras organizações participantes em relação ao estado jurídico de qualquer país, território ou área, ou das suas autoridades, ou quanto à delimitação de suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da UICN ou de outras organizações participantes.

A UICN tem o prazer de reconhecer o apoio dos seus parceiros que fornecem financiamento básico: Ministério das Relações Exteriores, Dinamarca; Ministério dos Negócios Estrangeiros, Finlândia; Governo de França e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); Ministério do Meio Ambiente, Coreia do Sul; Ministério do Meio Ambiente, do Clima e do Desenvolvimento Sustentável, Grão-Ducado do Luxemburgo; a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad); a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida); a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

A UICN não se responsabiliza por erros ou omissões que podem ocorrer na tradução do documento original, ou mudanças com relação a versão da publicação em seu idioma original. Em caso de discrepâncias, por favor consulte a publicação original. Título da publicação original: *Site-level tool for identifying other effective area-based conservation measures (OECMs)*. First edition (2023). Published by: IUCN, Gland, Switzerland. <https://doi.org/10.2305/WZJH1425>

Esta publicação foi possível graças ao financiamento do Fundo Bezos para a Terra (Bezos Earth Foundation), da Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza e da Sociedade de Conservação da Vida Selvagem (Wildlife Conservation Society).

Publicado por: UICN, Gland, Suíça

Produzido por: Grupo de Especialistas em OECMs da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN

Direitos autorais: © 2023 UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

© 2023 UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, para a tradução em Português

A reprodução desta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais é autorizada sem permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais, desde que a fonte seja totalmente reconhecida.

A reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais é proibida sem autorização prévia por escrito do detentor dos direitos autorais.

Citação recomendada: Jonas, HD, MacKinnon, K., Marnewick, D. e Wood, P. (2023). *Ferramenta local para identificar outras medidas eficazes de conservação baseadas em área (OECMs)*. Primeira edição. Série de Relatórios Técnicos da UICN WCPA nº 6. Gland, Suíça: UICN.

ISBN: 978-2-8317-2258-0 (PDF)

Foto de capa: Neville Yapp (LEAP Spiral) facilita um exercício de mapeamento participativo na aldeia de Abai, que está situada no Sítio Ramsar das Zonas Úmidas Baixas de Kinabatangan-Segama (Sabah, Malásia). O local é o maior ecossistema contíguo de costa e mangue no Mar de Sulo, fornecendo um habitat essencial para diversas espécies ameaçadas de extinção de Sabah, tais como o elefante pigmeu de Bornéu, orangotango, macaco narigudo, urso malaio, bantengue, pantera nebulosa de Bornéu, golfinho de irrawaddy e oito espécies de calau. A área inclui áreas protegidas reguladas pelo governo e reservas ripárias conservadas de forma privada e é o lar de Povos Indígenas e comunidades locais que vivem em oito aldeias – incluindo Abai – e gerenciam seus recursos usando o conhecimento ecológico tradicional. A interação dos ecossistemas terrestres, de água doce e marinhos cria condições ecológicas locais altamente dinâmicas, que são importantes para a biodiversidade e proporcionam benefícios ecossistêmicos a mais de um milhão de pessoas por meio da pesca, da agricultura e do turismo. © Harry D. Jonas.

Design e layout: Miller Design

Tradução: Language Connections

Feedback: Envie comentários para [oeem@wcpa.iucn.org](mailto:oeem@wcpa.iucn.org)

# ÍNDICE

Sumário executivo	vi
Agradecimentos	vii
Lista de acrônimos	viii
Introdução	1
Etapa 1: <b>TRIAGEM: IDENTIFICANDO UMA POSSÍVEL OECM</b>	3
Etapa 2: <b>CONSENTIMENTO PARA AVALIAÇÃO COMPLETA</b>	6
Etapa 3: <b>AVALIAÇÃO COMPLETA: IDENTIFICANDO UMA OECM</b>	8
Resumo da avaliação e próximas etapas	17

# SUMÁRIO EXECUTIVO

**Outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas** (OECMs, Other effective area-based conservation measures) são locais fora de áreas protegidas que proporcionam conservação in situ eficaz e de longo prazo da biodiversidade. A conservação pode ser o objetivo principal ou secundário de um local que é gerido para outros fins, ou pode ser uma consequência acidental da forma como o local é gerido. As OECMs podem ser controladas e geridas por governos, entidades privadas, Povos Indígenas e comunidades locais ou uma combinação desses.

Esta ferramenta orienta um avaliador ao longo das três etapas de aplicação dos oito critérios que determinam se um local se qualifica como OECM conforme estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica. Para locais que atualmente não cumprem todos os critérios, a ferramenta serve para destacar as áreas que necessitam de mais informações ou melhorias na governança e gestão.

As OECMs são parte integrante dos compromissos nacionais no âmbito da Meta 3 do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e contribuem para muitas outras metas. Elas podem ser relatadas à Base de Dados Mundial sobre OECMs, mantida pelo PNUMA-Centro Mundial de Monitoramento da Conservação.

A identificação e a divulgação de uma OECM são voluntárias e devem ser feitas pela autoridade governante ou com o consentimento dela, por quaisquer Povos Indígenas e comunidades locais cujo território autoidentificado se sobreponha ao local e, quando relevante, por outros titulares de direitos e partes interessadas.



# AGRADECIMENTOS

Muitos membros do Grupo de Especialistas em OECMs da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN forneceram contribuições sobre os dois rascunhos da ferramenta e para o processo de revisão que levou à publicação desta primeira edição.

# LISTA DE ACRÔNIMOS

<b>AP</b>	Área protegida ( <i>protected area</i> )
<b>CDB</b>	Convenção sobre Diversidade Biológica ( <i>Convention on Biological Diversity</i> )
<b>CLPI</b>	Consentimento livre, prévio e informado
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ( <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> )
<b>OECM</b>	Outra medida eficaz de conservação baseada na área ( <i>Other effective area-based conservation measure</i> )
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>PI e CL</b>	Povos Indígenas e comunidades locais
<b>PNUMA-WCMC</b>	Centro Mundial de Monitoramento da Conservação ( <i>World Conservation Monitoring Centre</i> ) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
<b>UICN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
<b>WCPA</b>	Comissão Mundial de Áreas Protegidas ( <i>World Commission on Protected Areas</i> )
<b>WD-OECM</b>	Base de dados mundial sobre OECMs
<b>WDPA</b>	Base de dados mundial sobre áreas protegidas ( <i>World Database on Protected Areas</i> )

# INTRODUÇÃO

**Outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas** (OECMs, Other effective area-based conservation measures) são locais fora de áreas protegidas que proporcionam conservação in situ eficaz e de longo prazo<sup>1</sup> da biodiversidade.

Esta ferramenta de avaliação em nível local permite que os usuários **determinem se uma área individual se qualifica como uma OECM**, avaliando-a em relação à definição e aos critérios da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (decisão 14/8 da CDB) e às orientações da UICN.

Exemplos de razões para identificar um local como OECM incluem: reconhecer a importância do local para a conservação da biodiversidade, reconhecer os esforços de conservação da autoridade governante (incluindo territórios indígenas), envolver as partes interessadas na proteção e gestão, alavancar o acesso ao apoio adicional à conservação, quando disponível, e cumprir os compromissos nacionais e internacionais, inclusive no âmbito da CDB.

## Quem pode usar esta ferramenta para identificar uma OECM?

A avaliação de um local como OECM pode ser realizada pela **autoridade governante** do local (que pode ser o governo, Povos Indígenas e comunidades locais,<sup>2</sup> entidades privadas ou uma combinação desses grupos) **ou por outro detentor de direitos ou parte interessada** com o consentimento da autoridade governante.

A avaliação deve, em todos os casos, envolver consultas com os Povos Indígenas relevantes, comunidades locais e outros titulares de direitos, partes interessadas e especialistas, por exemplo, por meio de um grupo de avaliação e oficinas de partes interessadas.

Os locais que se qualificam como OECMs devem ser relatados ao PNUMA-WCMC para inclusão na Base de Dados Mundial sobre OECMs (Base de dados mundial sobre OECMs). As OECMs divulgadas pelo governo são automaticamente adicionadas ao banco de dados, enquanto os relatórios de outras entidades são verificados antes de serem adicionados.

O relatório técnico da UICN-WCPA sobre OECMs (consulte as referências principais abaixo) fornece mais informações, definições e explicações sobre como os critérios da CDB estão vinculados aos critérios desta ferramenta.

A ferramenta de avaliação consiste em três etapas (Figura 1):

- **Etapa 1: A triagem** utiliza informações básicas sobre um local para determinar se ele é uma *possível OECM*.
- **Etapa 2: O consentimento** confirma que a autoridade governante, os Povos Indígenas e as comunidades locais e (conforme apropriado) outros titulares de direitos concordaram em prosseguir com a avaliação completa. Uma vez que essas entidades tenham dado a sua aprovação para o processo, o local é considerado um *candidato a OECM*.
- **Etapa 3: A avaliação completa** utiliza os critérios definidos para confirmar se o local atende à definição de OECM. A avaliação completa contém seis critérios, com uma questão norteadora para cada um. A resposta a cada questão norteadora pode ser “sim”, “incerto/parcial” ou “não”.
  - ◆ Um local com uma **resposta “sim” a todos os critérios** é uma *OECM confirmada*, sujeita ao consentimento das partes interessadas e à aprovação da autoridade governante.
  - ◆ Um local com uma combinação de **respostas “sim” e “incerto/parcial”, ou com todas as respostas “incerto/parcial”,** permanece como *candidata a OECM*, até que informações adicionais ou outras alterações permitam que ele seja confirmado como OECM.
  - ◆ Um local com **uma ou mais respostas “não”** não é *atualmente uma OECM*, mas poderá ser reavaliado no futuro se a informação sugerir que a situação mudou.

1. A conservação in situ é definida pela Convenção sobre Diversidade Biológica como “A conservação dos ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies no seu ambiente natural e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, no ambiente onde se encontram e desenvolveram suas propriedades diferenciadas”

2. Este relatório segue o padrão da UICN ao colocar o termo Povos Indígenas em maiúscula..

A triagem (etapa 1) pode ser realizada como um exercício teórico. O consentimento para a avaliação completa (etapa 2) deve ser dado livremente pela autoridade governante, bem como por quaisquer Povos Indígenas e comunidades locais que usem, reivindiquem ou sejam proprietários do local e (conforme apropriado) por outros titulares de direitos, antes do pleno processo de avaliação (etapa 3) ser conduzido.

A ferramenta de triagem e a avaliação completa foram concebidas com referência à Base de dados mundial sobre OECMs, simplificando o processo de comunicação de dados uma vez concluída a avaliação completa. Quando aplicável, são fornecidas instruções sobre como preencher as informações de acordo com os padrões de dados Base de dados mundial sobre OECMs.

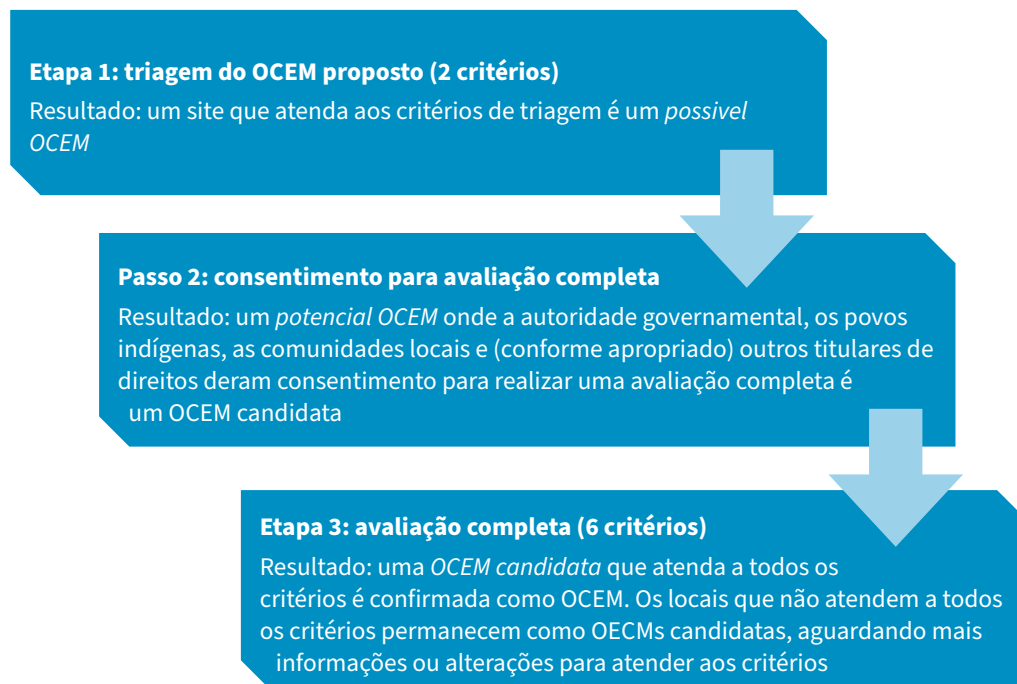


Figura 1: Ilustração do processo de avaliação da ferramenta no nível local da OCEM

As etapas 1 e 2 podem ser realizadas em qualquer ordem ou combinadas.  
As etapas 1 e 2 devem ser concluídas antes da implementação da etapa 3.

Principais **referências** para mais informações:

1. Decisão 14/8 da CDB sobre áreas protegidas e outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas (consulte parágrafo 2 e Anexo III da decisão). <http://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-08-en.pdf>
2. Grupo de trabalho UICN-WCPA sobre OECMs, (2019). Reconhecer e relatar outras medidas efetivas de conservação baseadas em área. Série de Relatórios Técnicos de áreas protegidas da UICN nº 3. Gland Suíça: UICN. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2019.PATRS.3.pt>
3. UNEP-WCMC (2019). *User Manual for the World Database on Protected Areas and world database on other effective area-based conservation measures: 1.6*. Cambridge, Reino Unido: UNEP-WCMC. [http://wcmc.io/WDP\\_A\\_Manual](http://wcmc.io/WDP_A_Manual)
4. FAO (2022). *A handbook for identifying, evaluating and reporting other effective area-based conservation measures in marine fisheries*. Roma, Itália: FAO. <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc3307en/>
5. Mais informações e materiais de treinamento estão disponíveis no site do grupo especialista WCPA OCEM. <https://www.iucn.org/commissions/world-commission-protected-areas/our-work/oecms>

# ETAPA 1: TRIAGEM: IDENTIFICANDO UMA POSSÍVEL OECM

## 1.1. PROPÓSITO

A Etapa 1 registra informações básicas e permite uma avaliação rápida de um local para determinar se ele se qualifica como uma *possível OECM* por meio de dois critérios de triagem. Para se qualificar, um local deve ter a resposta “sim” para ambos os critérios de triagem (consulte a seção 1.3).

## 1.2. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

As informações básicas do local podem ser registradas usando a seguinte tabela:

INFORMAÇÕES EXIGIDAS	DADOS DO LOCAL
<b>Nome do local:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nome do local (inglês) [Somente caracteres latinos: Campo Base de dados mundial sobre OECMs = NAME]</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nome do local no idioma nacional ou local (se aplicável) [Campo Base de dados mundial sobre OECMs = ORIG_NAME, qualquer idioma suportado por UTF8]</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nome temporário do local ou código do local (se o nome final não estiver disponível)</li> </ul>	
<b>Localização do local:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>País (países) onde o local está localizado</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divisões administrativas regionais</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Outra descrição do lugar (por exemplo, nome de um rio, montanha, área)</li> </ul>	
<b>Designação do local (se aplicável):</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Designação nacional ou regional do local, idioma nacional ou local [Campo Base de dados mundial sobre OECMs = DESIG, qualquer idioma suportado por UTF8]</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Designação nacional ou regional do local, inglês [Campo Base de dados mundial sobre OECMs = DESIG_ENG, somente caracteres latinos]</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Designação regional ou internacional ligada ao valor da biodiversidade do local, por exemplo, Área-chave para a Biodiversidade, sítio Ramsar</li> </ul>	
<b>Organizações/grupos ou indivíduos que realizam o processo de triagem:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nome, endereço e detalhes de contato</li> </ul>	
<b>Data</b> da triagem	
<b>Principais valores de biodiversidade:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Liste os principais valores de biodiversidade importantes do local (consulte o critério 2 para categorias de valor de biodiversidade e o critério 4 para mais informações)</li> </ul>	

### 1.3. AVALIAÇÃO DE TRIAGEM

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 1: O local não é uma área protegida (PA)</b>	O local está <b>FORA</b> de qualquer PA reconhecida?	<b>SIM</b> (o local <u>não</u> está dentro de uma PA reconhecida) <b>NÃO</b> (o local <u>está</u> dentro de uma PA reconhecida)	Resuma brevemente as informações que justificam a resposta dada
<p><b>ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 1:</b></p> <p>Uma OECM é um local que <b>NÃO</b> é uma PA reconhecida. O significado de “PA reconhecida” pode variar de país para país, mas as seguintes orientações podem ser utilizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Se um local (seja qual for o tipo de governança) for reconhecido como uma PA por uma agência governamental nacional ou regional que tenha o mandato ou autoridade relevante e atenda à definição da UICN para uma PA, então ele é uma PA e, portanto, <b>NÃO é uma OECM</b>.</li> <li>● Se um local for governado por uma entidade privada, entidade indígena ou comunitária, atender à definição da UICN para uma PA e ser reconhecido por uma autoridade governante como uma PA, então o local é uma PA e, portanto, <b>NÃO é uma OECM</b>.</li> <li>● Um local que é uma <b>PA proposta</b>, mas ainda não é reconhecida como uma PA, em alguns casos <b>pode ser uma OECM</b>. O reconhecimento como OECM pode ser apropriado para PAs propostas que provavelmente não serão reconhecidas como PA no curto prazo, para dar ao local algum reconhecimento ou proteção. Se uma OECM for posteriormente reconhecida como uma PA, os dados podem ser transferidos da Base de dados mundial sobre OECMs para a Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas.</li> <li>● Se apenas <u>parte</u> do local for uma PA reconhecida ou se sobrepuser a uma PA reconhecida, então a <u>parte do local fora da PA</u> <b>pode ser uma possível OECM</b>.</li> <li>● Se um local <b>NÃO</b> for atualmente reconhecido como PA pela autoridade governante, então ela <b>poderá ser uma possível OECM</b>. No entanto, nesse caso aplicam-se os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Uma área protegida privada (uma PA sob governança privada de um indivíduo, empresa ou organização não-governamental) que atenda à definição de PA da UICN deveria normalmente ser reportada à WDPA como uma PA. Se o local for relatado como PA, então <b>NÃO</b> é uma OECM. Contudo, a organização privada governante pode optar por relatar um local como OECM em vez de PA.</li> <li>○ Um território ou área conservada por Povos Indígenas ou comunidades locais que atenda à definição de PA da UICN deve normalmente ser relatado à WDPA como uma PA. Se o local for relatado como PA, então <b>NÃO</b> é uma OECM. No entanto, a autoridade indígena ou comunitária governante pode optar por relatar o local como uma OECM em vez de uma PA.</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Notas adicionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, todas as PAs, qualquer que seja o tipo de governança, devem ser relatadas à WDPA, e todas as OECMs devem ser relatadas à Base de dados mundial sobre OECMs.</li> <li>● Se, conforme observado acima, a autoridade governante optar por não relatar um local que atenda aos critérios para PA como PA, então ele poderá ser relatado como uma OECM, com o consentimento da autoridade governante. Isso pode proporcionar algum reconhecimento e proteção e também garantir que o local seja incluído nas estatísticas relevantes.</li> <li>● O reconhecimento de um local como PA ou OECM pode ser atualizado no futuro para acomodar mudanças no seu status. A WDPA e a Base de dados mundial sobre OECMs estão interligadas e permitem a simples atribuição de um local à categoria “PA” ou “OECM”.</li> </ul> <p><b>Mais informações:</b></p> <p>As informações sobre os locais podem estar disponíveis em bases de dados e documentos nacionais (por exemplo, a Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade). Os locais que foram relatados à WDPA e Base de dados mundial sobre OECMs são exibidos no site Protected Planet: <a href="https://protectedplanet.net">protectedplanet.net</a></p>			

TESTES	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 2: É provável que a área conserve valores da biodiversidade</b>	<p>As informações disponíveis sugerem que o local apoia pelo menos um dos seguintes valores importantes de biodiversidade?</p> <p>(a) Espécies e ecossistemas raros, ameaçados ou em risco de extinção</p> <p>(b) Ecossistemas naturais sub-representados nas redes de áreas protegidas</p> <p>(c) Alto nível de integridade ecológica</p> <p>(d) Populações significativas/extensão de espécies ou ecossistemas endêmicos ou com alcance restrito</p> <p>(e) Agregações importantes de espécies, como áreas de desova, reprodução ou alimentação</p> <p>(f) Importância para a conectividade ecológica, como parte de uma rede de locais numa área maior</p>	<p><b>SIM</b></p> <p><b>NÃO</b></p>	<p>Liste os valores de biodiversidade que provavelmente estarão presentes e resuma brevemente as informações que justifiquem a resposta.</p>

### ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 2:

- *Nesta fase de triagem, o avaliador deve selecionar “sim” se houver uma probabilidade razoável de que o local contem valores importantes de biodiversidade. Outras evidências serão utilizadas para confirmar a presença de valores importantes de biodiversidade, se necessário, durante a avaliação completa (etapa 3).*
- *“Probabilidade razoável” significa que, por exemplo, (a) há relatos de valores importantes de biodiversidade, inclusive de detentores de conhecimentos indígenas e tradicionais, ou (b) a análise sugere que é provável que valores importantes de biodiversidade estejam presentes, por exemplo, se imagens de satélite mostrarem um habitat intacto adequado dentro da área de alcance de uma espécie ou ecossistema ameaçado.*
- *Se um local já for reconhecido sob uma designação internacional de biodiversidade (por exemplo, como uma Área-chave para a Biodiversidade ou uma Área Marinha Ecologicamente ou Biologicamente Significativa), então pode-se presumir que ele apoia valores importantes e **pode ser uma possível OECM**.*

**Existem orientações adicionais relacionadas aos valores da biodiversidade na etapa 3, critério 4. As fontes de informação sobre biodiversidade estão listadas nas orientações para o critério 4.**

## 1.4. PRÓXIMAS ETAPAS

- **Se a resposta para ambos os critérios for “SIM”,** o local **é uma possível OECM**. A próxima etapa é buscar consentimento para a realização de uma avaliação completa (etapa 2), caso ele ainda não tenha sido obtido.
- **Se a resposta para qualquer um dos critérios for “NÃO”,** o local **NÃO é uma possível OECM**. A avaliação não prosseguirá, mas consulte as orientações sobre a reavaliação no resumo da avaliação e na seção de próximos passos no final.

# ETAPA 2: CONSENTIMENTO PARA AVALIAÇÃO COMPLETA

## 2.1. PROPÓSITO

De acordo com a decisão 14/8 da CDB, as orientações da UICN e os procedimentos operacionais da Base de dados mundial sobre OECMs são:

- Se uma avaliação de uma OECM for feita por uma entidade que não seja a autoridade governante do local, então o consentimento da autoridade governante deverá ser obtido para o processo de avaliação, para a identificação do local como uma OECM e para relatar o local como uma OECM.
- Quando uma OECM proposta se sobrepõe ao território autoidentificado de Povos Indígenas ou de uma comunidade local, o consentimento livre, prévio e informado dos mesmos deve ser obtido para a avaliação e para a divulgação do local como uma OECM

Se necessário, o consentimento pode ser obtido em duas etapas: primeiro, consentimento para a avaliação e, posteriormente, consentimento para que o local seja identificado e relatado como OECM, se cumprir os requisitos para tal.

Além disso, as orientações da CDB recomendam a consulta de outros proprietários de terras, titulares de direitos, partes interessadas e o público.

## 2.2. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Informações básicas sobre as partes interessadas e a governança do local podem ser registradas usando a tabela a seguir:

INFORMAÇÕES EXIGIDAS	DADOS/RESPOSTAS DO LOCAL
<b>Detalhes de contatos</b> de organizações/grupos ou indivíduos que realizam a avaliação completa	
<b>Mandato ou função</b> da organização/grupo que realiza a avaliação completa	
<b>Governança ou administração do local:</b>	
<b>Nome e dados de contato da autoridade (ou autoridades) governante(s).</b> Identifique o representante da autoridade governante do local <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A autoridade governante tem um mandato ou direito reconhecido para tomar decisões sobre a gestão e uso geral do local.</li> <li>◆ A autoridade pode ser o governo, uma entidade privada, Povos Indígenas, comunidades locais ou uma combinação desses.</li> </ul>	
<b>Nome e dados de contato de quaisquer Povos Indígenas ou comunidades locais</b> que reivindiquem propriedade ou direitos sobre o local.	
<b>Nome e dados de contato de quaisquer outros titulares de direitos ou partes interessadas</b> que estejam envolvidos no processo, por exemplo, agências governamentais, setor privado ou organizações da sociedade civil.	



**Tipo de governança:**

Identifique o tipo de governança existente para o local usando categorias da UICN/ Base de dados mundial sobre OECMs:

(a) Governança pelo governo: *Ministério ou agência federal, ministério ou agência regional, gestão delegada pelo governo* (por exemplo, a uma ONG);

(b) Governança compartilhada: *Governança transfronteiriça, governança colaborativa, governança conjunta*;

(c) Governança privada: *Proprietários individuais de terras, organizações sem fins lucrativos, organizações com fins lucrativos*;

(d) Governança pelos Povos Indígenas e comunidades locais: Áreas e territórios conservados por Povos Indígenas, áreas conservadas pela comunidade

[Campo Base de dados mundial sobre OECMs = GOV\_TYPE. Os valores aceitos estão em itálico]

## 2.3. OBTENÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Se a entidade (organização/grupo/indivíduo) que lidera a avaliação não for a autoridade governante, então o consentimento por escrito da autoridade governante para o processo de avaliação da OECM deverá ser obtido e documentado.

Se o local for usado, de propriedade ou reivindicado por Povos Indígenas ou comunidades locais, então o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) deles para o processo de avaliação deverá ser obtido e documentado, com o envolvimento de representantes legítimos do(s) grupo(s) em questão.

A documentação do consentimento deve incluir (a) datas e descrição do processo de consulta, (b) informações fornecidas às partes que deram consentimento, (c) contribuições recebidas das partes que deram consentimento, (d) nome e cargo dos representantes participantes, e (e) prova de consentimento, como uma carta ou contrato assinado.

A documentação do consentimento deve incluir quaisquer condições acordadas com as partes que deram o consentimento, tais como requisitos específicos de participação ou revisão antes da finalização.

Se outros titulares de direitos e partes interessadas forem consultados, a sua contribuição também deverá ser documentada.

Mais recursos sobre processos de CLPI estão disponíveis em <https://www.forestpeoples.org/en/lands-forests-territories-law-policy-global-finance-trade/training-tool/2017/resources-free-prior> e em <https://www.fao.org/indigenous-peoples/our-pillars/fpic/en/>

## 2.4. PRÓXIMAS ETAPAS

Uma possível OECM que atendeu aos critérios de triagem (etapa 1) e para a qual a(s) autoridade(s) governante(s) e outros titulares de direitos deram seu consentimento (se for necessário o consentimento de outros titulares de direitos) para a realização de uma avaliação completa é referida como uma “candidata a OECM”. A candidata a OECM deve agora ser submetida a uma avaliação completa do local em relação aos critérios da OECM (etapa 3).

# ETAPA 3: AVALIAÇÃO COMPLETA: IDENTIFICANDO UMA OECM

A avaliação completa é composta por seis critérios. Um local avaliado que atenda a todos os seis (mais os dois critérios de triagem na etapa 1) qualifica-se como OECM. Um local com uma combinação de respostas “sim” e “incerto/parcial”, ou com todas as respostas “incerto/parcial”, permanece como *candidata a OECM* até que informações adicionais ou outras alterações permitam que ele seja confirmado como OECM. Um local que não atenda a um ou mais critérios não é uma OECM, mas poderá se qualificar no futuro se as alterações significarem que todos os critérios serão atendidos.

## 3.1. O LOCAL E SEUS VALORES DE BIODIVERSIDADE

### 3.1.1. PROPÓSITO

O processo de triagem (etapa 1, critério 2) determinou que o local *provavelmente* terá valores importantes de biodiversidade. A avaliação completa exige a confirmação de todos os valores importantes da biodiversidade, tanto quanto possível com base nas informações disponíveis. Ela também confirma que o local definiu limites acordados entre a autoridade governante e os Povos Indígenas ou uma comunidade local, quando relevante, conforme identificado na etapa 2.

### 3.1.2. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Informações básicas sobre os limites geográficos do local e a biodiversidade podem ser registradas usando a tabela a seguir:

INFORMAÇÕES EXIGIDAS	DADOS/RESPOSTAS DO LOCAL
<b>Limites do local:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreve como são definidos os limites geográficos do local (por exemplo, com referência aos limites naturais, consuetudinários, topográficos ou administrativos).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreve se os limites geográficos estão mapeados e se o mapa está disponível publicamente e em formato digital (GIS).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreve se os limites geográficos estão fisicamente demarcados no campo.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreve se existem conflitos sobre os limites geográficos que afetem os valores importantes da biodiversidade do local.</li> </ul>	

<b>Tamanho e configuração:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Anote o tamanho do local, se conhecido (por exemplo, área terrestre e marítima em quilômetros quadrados, ou comprimento do rio em quilômetros). Para relatar à Base de dados mundial sobre OECMs (campo REP_AREA), a área deverá estar em km<sup>2</sup>.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva como o tamanho e a configuração do local se relacionam com a conservação dos seus importantes valores de biodiversidade.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva se o local é importante porque conecta outros locais com valores importantes de biodiversidade.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva se o local faz parte de uma rede de locais que, juntos, apoiam valores importantes de biodiversidade.</li> </ul>	
<p><b>Confirmação dos valores da biodiversidade:</b> Compile todas as informações disponíveis que demonstrem que o local suporta valores importantes de biodiversidade (consulte o critério 4 para obter uma lista de valores), tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Relatórios plausíveis de fontes confiáveis, incluindo o conhecimento tradicional relevante</li> <li>◆ Opinião de especialistas relevantes</li> </ul>	

### 3.1.3. AVALIAÇÃO

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 3: O local é uma área geograficamente definida</b>	O local tem limites claros?	<p><b>SIM</b></p> <p><b>INCERTO OU PARCIALMENTE</b></p> <p><b>NÃO</b></p>	Resuma brevemente as informações que justificam a resposta dada
<p><b>ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 3:</b></p> <p>Os limites de uma OECM devem ser determinados pelo avaliador em consulta com a autoridade governante, os Povos Indígenas e as comunidades locais, quando presentes, e outras partes interessadas relevantes. Os limites existentes de uso e direitos da terra serão muitas vezes a base para determinar fronteiras.</p> <p>Ao definir fronteiras, os avaliadores e as partes interessadas podem querer considerar o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Limites “claros” significa que os limites do local podem ser mapeados e acordados pela autoridade governamental, pelos Povos Indígenas e pelas comunidades locais, quando presentes.</li> <li>● Um local pode ser definido pelos limites dos tipos de ecossistemas, características geográficas, limites consuetudinários ou limites administrativos.</li> <li>● Um local pode incluir ecossistemas terrestres, de água doce e marinhos em qualquer combinação.</li> <li>● Não é necessário que os limites do local tenham sido fisicamente marcados, mas eles devem ser mapeados, sempre que possível em formato digital (GIS) para permitir o envio de dados à Base de dados mundial sobre OECMs.</li> <li>● O tamanho e a configuração de um local devem, na medida do possível, ser apropriados para a gestão e manutenção dos seus valores importantes de biodiversidade. Isso pode significar selecionar limites de locais que incluam populações maiores de espécies importantes ou áreas maiores de ecossistemas importantes, uma vez que esses têm maior probabilidade de serem viáveis a longo prazo. No entanto, selecionar locais extremamente grandes pode ser contraproducente, pois pode ser difícil geri-los e protegê-los de forma eficaz.</li> <li>● Um local pode fazer parte de um mosaico de locais numa área maior, ou pode formar uma ligação entre locais de modo que, juntos, contribuam para a conservação de valores importantes de biodiversidade.</li> <li>● Nos ecossistemas marinhos, os limites devem incluir os ecossistemas bentônicos e pelágicos e evitar o zoneamento vertical sempre que possível.</li> </ul>			

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 4: Está <u>confirmado</u> que o local apóia valores importantes de biodiversidade</b>	As informações confirmam que o local apoia pelo menos um dos seguintes valores importantes de biodiversidade? (a) Espécies e ecossistemas raros, ameaçados ou em risco de extinção (b) Ecossistemas naturais sub-representados nas redes de áreas protegidas (c) Alto nível de integridade ecológica (d) População significativa/extensão de espécies ou ecossistemas endêmicos ou com alcance restrito (e) Agregações importantes de espécies, como áreas de desova, reprodução ou alimentação (f) Importância para a conectividade ecológica, como parte de uma rede de locais numa área maior	<b>SIM</b> <b>INCERTO OU PARCIALMENTE</b> <b>NÃO</b>	Liste os valores de biodiversidade confirmados como presentes e resuma brevemente as informações que justificam a resposta.

#### ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 4:

Uma OECM deve confirmadamente apoiar pelo menos um dos valores importantes da biodiversidade listados acima.

- **Subcritério (a):** Valores importantes de biodiversidade incluem espécies e ecossistemas que foram identificados como raros, ameaçados ou em risco de extinção a nível global, regional, nacional ou local. A base para a definição do estatuto da espécie (por exemplo, lista de alerta nacional) deve ser referenciada como parte da justificativa.
- A confirmação de valores importantes de biodiversidade pode ser proveniente de relatórios plausíveis de fontes confiáveis, incluindo detentores de conhecimentos indígenas e tradicionais ou da opinião de especialistas relevantes documentados como parte do processo de avaliação.
- Um local onde já tenha sido feito um progresso significativo na restauração ou reintrodução de valores importantes de biodiversidade **pode ser uma OECM**.
- Os serviços ecossistêmicos e os valores econômicos locais não são critérios para identificar uma OECM. Contudo, em muitos casos, esses valores serão características importantes do local. Na medida do possível, a conservação da biodiversidade e a gestão dos serviços ecossistêmicos e dos valores econômicos locais devem ser complementares e integradas.
- Valores importantes de biodiversidade podem ser espécies domesticadas e cultivadas, quando elas se encontram em seus habitats nativos.

#### As fontes de informação sobre biodiversidade incluem as seguintes (esta lista não é obrigatória ou exaustiva):

- Mais informações sobre critérios para valores importantes de diversidade podem ser encontradas no relatório técnico de OECM da UICN-WCPA.
- As informações sobre locais já listados como Áreas-chave para a Biodiversidade está no painel de dados da KBA <https://www.keybiodiversityareas.org/kba-data>
- As informações sobre locais já listados como Áreas Marinhas Ecologicamente ou Biologicamente Significativas (Ecologically or Biologically Significant Marine Areas, EBSAs) estão disponíveis em <https://www.cbd.int/ebsa/>
- Informações sobre locais já listados como áreas importantes para plantas estão disponíveis em <https://www.plantlifeipa.org/home>.
- Informações sobre áreas importantes para mamíferos marinhos estão disponíveis em <https://www.marinemammalhabitat.org/imma-eatlas/>
- As informações sobre espécies cujo estado de conservação foi avaliado pela UICN estão na Lista de Alerta de Espécies Ameaçadas da UICN <https://www.iucnredlist.org/>
- As informações sobre ecossistemas classificados como “ameaçados” estão na Lista de Alerta de Ecossistemas Ameaçados da UICN no site <https://www.iucn.org/theme/ecosystem-management/our-work/red-list-ecosystems>
- Para os subcritérios (-c, -d e -e), os critérios para áreas-chave para a biodiversidade podem ser relevantes: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2020-033-En.pdf>
- Uma tipologia consultável de ecossistemas está disponível no site de tipologia ecossistêmica global da UICN, <https://global-ecosystems.org/>

## 3.2. GOVERNANÇA E GESTÃO RESULTAM NA CONSERVAÇÃO *IN SITU* DE VALORES IMPORTANTES DA BIODIVERSIDADE

### 3.2.1. PROPÓSITO

As OECMs são locais **governados e geridos** por um governo, entidades privadas, Povos Indígenas e comunidades locais, ou uma combinação desses. A conservação da biodiversidade não tem de ser o objetivo da governança e da administração, mas o *efeito* das atividades de governança e de administração deve ser o controle das pressões sobre os valores importantes da biodiversidade do local, para que esses valores sejam **conservados *in situ***. Por fim, deverá haver uma probabilidade razoável de que a conservação *in situ* dos valores da biodiversidade seja permanente e que os mecanismos de governança e administração sejam capazes de mitigar ameaças futuras ou de o fazer com apoio adicional que deve ser fornecido.

### 3.2.2. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Informações básicas sobre a gestão do local podem ser registradas na tabela a seguir. A(s) autoridade(s) governante(s), os Povos Indígenas, as comunidades locais, outros titulares de direitos e partes interessadas foram identificados na etapa 2.

<b>Governança e gestão:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva os objetivos de longo prazo para o local, conforme determinado pela autoridade governante (por exemplo: manutenção do abastecimento de água; produção/extração sustentável de produtos silvestres; prática e preservação de valores espirituais).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva se/como os objetivos de longo prazo do local estão ligados à conservação dos valores importantes da biodiversidade do local..</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva as atividades de gestão (por exemplo, proteção, controles de colheita, restauração), especialmente aquelas que têm impacto nos valores da biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos do local.</li> </ul>	
<b>Pressões e ameaças:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Liste quaisquer pressões atuais sobre os valores da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos do local. Essas pressões podem ter origem dentro do local (por exemplo, exploração madeireira ilegal) ou fora do local (por exemplo, poluição).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva como e em que medida a governança e a administração do local podem mitigar as pressões sobre a biodiversidade e os valores dos ecossistemas.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Liste quaisquer ameaças futuras previstas que possam afetar os importantes valores da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos do local.</li> </ul>	
<b>Base de longo prazo para governança e administração:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva qualquer base legal, oficial, consuetudinária ou outra base reconhecida para as <b>instituições/organizações</b> envolvidas na governança e administração do local que contribua para tornar permanentes os mecanismos de governança e administração.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva qualquer status legal, oficial, consuetudinário ou outro status reconhecido <b>do local</b> (por exemplo, reserva florestal, zona militar, terras consuetudinárias, área marítima particularmente sensível, sítio de patrimônio arqueológico) que contribua para o status de longo prazo do local.</li> </ul>	

### 3.2.3. AVALIAÇÃO

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 5:</b> <b>Existem instituições ou mecanismos para governar e gerir o local</b>	Existe uma ou mais instituições ou mecanismos que governem e administrem o local?	<b>SIM</b> <b>INCERTO OU PARCIALMENTE</b> <b>NÃO</b>	<i>Resuma brevemente as informações que justificam a resposta dada.</i>
<p><b>ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 5:</b></p> <p>Os seguintes <b>podem ser uma OEEM</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Um local gerido pelo governo onde uma ou mais agências têm um mandato para governar e gerir o local.</i></li> <li>● <i>Um local onde um Povo Indígena ou comunidade tem um mandato para governar e gerir o local.</i></li> <li>● <i>Um local onde uma entidade privada (indivíduo, grupo ou organização) tem um mandato para governar e administrar o local.</i></li> <li>● <i>Um local com formas mistas de governança e administração onde existe uma instituição apropriada, acordo coletivo ou divisão de funções que resulta na execução da governança e administração necessárias.</i></li> </ul> <p><b>Os seguintes provavelmente não são OEEMs:</b></p> <p><i>Um local sem mecanismo de governança ou gestão.</i></p>			

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 6:</b> <b>A governança e a administração do local alcançam, ou espera-se que alcancem, a conservação in situ de valores importantes de biodiversidade</b>	A governança e a gestão do local previnem e mitigam ameaças e conservam os valores importantes da biodiversidade do local, ou espera-se que o façam?	<b>SIM</b> <b>INCERTO OU PARCIALMENTE</b> <b>NÃO</b>	<i>Resuma brevemente as informações que justificam a resposta dada.</i>
<p><b>ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 6:</b></p> <p>Os seguintes <b>podem ser uma OEEM</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Um local onde a governança e a gestão mitigam de forma eficaz as pressões sobre os valores da biodiversidade.</i></li> <li>● <i>Um local onde existe um mecanismo (por exemplo, um meio legal, lei consuetudinária ou acordo vinculativo com o proprietário da terra) para lidar com as pressões sobre os valores da biodiversidade, existindo uma expectativa razoável de que o mecanismo será utilizado quando necessário.</i></li> <li>● <i>Um local onde a mitigação de pressões e a conservação dos valores da biodiversidade são restringidos por capacidade ou recursos limitados, <b>mas há uma probabilidade razoável de que recursos adicionais estarão disponíveis</b> dentro de um prazo que permitirá uma gestão eficaz.</i></li> <li>● <i>Um local sem pressões identificadas, mas onde existe capacidade ou mecanismo para identificar e responder a possíveis ameaças futuras.</i></li> </ul>			

- *Um local onde a governança e a administração proporcionem uma conservação eficaz da biodiversidade, mesmo que a conservação não seja o objectivo principal (ela pode ser uma conservação “secundária” ou “auxiliar” – consulte o relatório técnico da UICN-WCPA sobre Reconhecer e relatar OECMs). Isso pode incluir:*
  - *A gestão sustentável tradicional ou de baixo impacto dos recursos naturais, desde que ela seja consistente com a conservação in situ de valores importantes da biodiversidade*
  - *A gestão de um serviço ecossistêmico específico (por exemplo, para recreação ou para manter o abastecimento de água), desde que ela seja consistente com a manutenção de valores importantes de biodiversidade*
  - *A gestão principalmente para valores e práticas culturais, espirituais e socioeconômicas ou outros valores e práticas reconhecidos localmente, desde que isso seja consistente com a manutenção de valores importantes da biodiversidade*
  - *A gestão que não envolva intervenção, mas em que o local esteja sendo conservado na prática devido a limitações às atividades humanas (por exemplo, uma zona de exclusão militar)*
- *Um local dentro de uma concessão/instalação industrial que esteja permanentemente afastado de todas as atividades industriais prejudiciais ao meio ambiente para fins de conservação.*
- *Um local onde a restauração ou reintrodução de valores importantes de biodiversidade já resultou em alguns resultados de conservação que, espera-se, serão sustentados a longo prazo.*
- *Um local onde há uma expectativa razoável de um resultado positivo em termos de biodiversidade, embora faltem dados empíricos. Tal expectativa poderia basear-se em projeções e modelos de ameaças e intervenções de gestão ou na experiência noutros locais semelhantes.*
- *Um local onde as medidas de gestão têm impactos negativos e positivos na biodiversidade, mas o impacto líquido global é considerado positivo.*

Os seguintes **provavelmente não são uma OECM:**

- *Um local onde o nível de conflito ou insegurança é tal que não é possível ocorrer governança ou gestão eficaz e não há conservação in situ dos valores da biodiversidade.*
- *Um local que sofre pressões imediatas sobre os seus valores de biodiversidade que não podem ser abordados pela gestão da área; os avaliadores devem notar, no entanto, que a presença de pressões que estão totalmente fora do controle da autoridade governante e de administração (como as mudanças climáticas e a elevação do nível do mar) não exclui um local de ser identificado como uma OECM.*
- *Um local que esteja sujeito a atividades prejudiciais ao meio ambiente em escala industrial (como agricultura industrial, pesca, silvicultura, mineração, extração de petróleo e gás e grandes infraestruturas), quer as atividades prejudiciais ao meio ambiente ocorram dentro ou fora do local (exceto áreas separadas para a conservação a longo prazo dentro de tais locais; consulte acima). Observe que os locais sob “gestão sustentável” em escala industrial devem ser relatados nas metas 5 e 10 do Quadro Global de Biodiversidade de 2020 (consulte o relatório técnico de OECMs da UICN-WCPA) e não como OECMs.*
- *Um local onde a gestão resulta na conservação de apenas uma única espécie ou grupo de espécies, a menos que isso envolva a conservação in situ que também proteja o ecossistema mais amplo.*
- *Um local onde a restauração ou a reintrodução encontram-se em planejamento ou em curso, mas onde os resultados de conservação ainda não foram alcançados.*

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 7: A conservação In situ de valores importantes de biodiversidade deve ocorrer a longo prazo</b>	Existe uma probabilidade razoável de que os valores importantes de biodiversidade para os quais o local foi identificado serão conservados <i>in situ</i> a longo prazo?	<b>SIM</b> <b>INCERTO OU PARCIALMENTE</b> <b>NÃO</b>	<i>Resuma brevemente as informações que justificam a resposta dada.</i>

### ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 7:

Os avaliadores, em consulta com outras partes interessadas, devem fazer um julgamento sobre a probabilidade de que os impactos positivos da conservação da biodiversidade *in situ* continuarão a longo prazo.

Os seguintes **podem ser uma OECM**:

- *Um local que possui uma forma de reconhecimento legal ou segura que não pode ser facilmente revertida ou eliminada. Exemplos desse reconhecimento são um regulamento, alguns tipos de planos territoriais ou planos de uso da terra, ou direitos indígenas ou comunitários que sejam formalmente reconhecidos ou estabelecidos há muito tempo e amplamente reconhecidos.*
- *Um local onde se espera que os mecanismos de governança e administração que resultam na conservação da biodiversidade sejam sustentados, por exemplo, porque são garantidos por acordos, convênios ou políticas formais.*
- *Um local onde se espera que os mecanismos de governança e administração respondam de forma eficaz a ameaças futuras.*

Os seguintes **provavelmente não são uma OECM**:

- *Um local onde as ameaças futuras previstas são tão graves que resultarão na perda dos valores importantes de biodiversidade do local, sem que haja probabilidade razoável de que essas ameaças possam ser mitigadas.*
- *Um local onde a conservação dos valores da biodiversidade dependa de um estatuto legal, de um mecanismo de financiamento ou de outra forma de reconhecimento ou apoio que seja temporário ou que possa ser revertido.*



### 3.3. GOVERNANÇA E GESTÃO EQUITATIVAS

#### 3.3.1. PROPÓSITO

O Anexo II (I/B) da decisão 14/8 da CDB sobre “Orientações voluntárias sobre modelos de governança eficazes e equitativos” afirma que a governança de uma OECM deve refletir as considerações de equidade adotadas pela CDB e define a equidade em termos de três dimensões:

- **Reconhecimento:** Há reconhecimento e respeito pelos direitos e pela diversidade de identidades, valores, sistemas de conhecimento e instituições dos titulares de direitos e partes interessadas.
- **Procedimento:** Há regras e tomadas de decisões inclusivas, transparência e responsabilização, além de uma aplicação da lei eficaz e justa.
- **Distribuição:** Os custos e benefícios resultantes da gestão da PA/OECM são partilhados equitativamente entre os diferentes titulares de direitos e partes interessadas (conforme identificado na etapa 2).

#### 3.3.2. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Informações básicas sobre como a equidade é abordada na governança e gestão do local podem ser registradas usando a tabela a seguir:

INFORMAÇÕES EXIGIDAS	DADOS/RESPOSTAS DO LOCAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva como e em que medida a governança e a gestão do local <b>reconhecem e respeitam</b> os direitos dos Povos Indígenas, das comunidades locais e de outros grupos de partes interessadas (quando aplicável).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva como e em que medida a governança e a gestão do local <b>permitem a participação</b> dos Povos Indígenas, das comunidades locais e de outros grupos de partes interessadas (quando aplicável).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva como e em que medida a governança e a gestão do local incentivam a <b>partilha equitativa dos custos e benefícios</b> da conservação dos valores da biodiversidade do local.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Liste quaisquer casos recentes ou em curso de abuso de direitos humanos individuais ou colectivos envolvendo a autoridade governante ou outras partes interessadas (conforme identificado na etapa 2) sempre que esses casos estejam ligados à utilização, governança ou gestão do local.</li> </ul>	

### 3.3.3. AVALIAÇÃO

TESTE	PERGUNTAS	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CRITÉRIO 8:</b> <b>Os acordos de governança e gestão abordam considerações de equidade</b>	Os mecanismos de governança e gestão incluem esforços para abordar os três aspectos da equidade (reconhecimento, procedimento, distribuição) quando aplicável?	<b>SIM</b> <b>INCERTO OU PARCIALMENTE</b> <b>NÃO</b>	Resuma brevemente as informações que justificam a resposta dada.
<p><b>ORIENTAÇÃO SOBRE O CRITÉRIO 8:</b></p> <p><b>Aplicação dos critérios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>A consideração da equidade é necessária em locais onde existe mais de um grupo de partes interessadas (conforme identificado na etapa 2). Portanto:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Em locais com uma <b>única autoridade governante e sem outros detentores de direitos</b> (conforme identificado na etapa 2), a questão da equidade pode não se aplicar. Nesse caso, os avaliadores devem responder “sim” a esse critério e observar que não existem considerações de equidade aplicáveis ao local.</i></li> <li>○ <i>Em locais com mais de um grupo de partes interessadas, os avaliadores devem trabalhar com as partes para avaliar a equidade.</i></li> </ul> </li> </ul> <p><b>A avaliação da equidade baseia-se no entendimento de que::</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>A equidade é um conceito dinâmico e específico do contexto. Portanto, não é possível estabelecer um padrão detalhado e universal de equidade.</i></li> <li>● <i>Em quase todos os locais existirão oportunidades para melhorar a equidade da governança e da administração. Em vez de ser obrigado a atingir um nível específico de equidade, um local deve <b>demonstrar o potencial de progresso positivo</b> para se qualificar como uma OECM.</i></li> <li>● <i>Portanto, os avaliadores devem responder “sim” a esse critério se a consulta às partes interessadas demonstrar que o local cumpre três condições:</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>A governança e a gestão do local incluem esforços para abordar a equidade (reconhecimento, procedimento e distribuição – consulte acima), por exemplo, por meio de políticas, mecanismos ou ações.</i></li> <li>2. <i>Existe, na opinião das partes interessadas e do avaliador, uma probabilidade razoável de resultados cada vez mais equitativos no futuro.</i></li> <li>3. <i>Não há relatos de abusos contínuos ou recentes (e com probabilidade de ocorrerem de novo) dos direitos humanos individuais ou coletivos de quaisquer partes interessadas associadas à governança e administração do local.</i></li> </ol> </li> </ul> <p><b>Orientações adicionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Where progress toward equity is constrained by existing legal frameworks (for example, if national laws prevent formal involvement of local community representatives in a management board), this should not be a barrier to recognition of an OECM, and the assessment should consider the potential for positive progress, taking into account the constraints imposed by the legal framework.</i></li> <li>● <i>Where there is a long-term dispute over rights (for example, between indigenous groups and the state over historic land rights), the dispute should not be a barrier to recognition of an OECM, and the assessment should consider the potential for positive progress, taking into account the constraints imposed by the dispute.</i></li> </ul> <p>Os seguintes <b>provavelmente não são uma OECM:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Locais onde há evidências de práticas abusivas recentes ou contínuas por parte da autoridade governante ou de outras partes interessadas, envolvendo, por exemplo, violações de direitos humanos individuais ou coletivos.</i></li> </ul> <p><b>Mais informações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Uma ferramenta para avaliar a governança de PAs ou OECMs, a Avaliação Local para Governança e Equidade ( Site Assessment for Governance and Equity, SAGE), está disponível em <a href="https://www.ied.org/site-level-assessment-governance-equity-sage">https://www.ied.org/site-level-assessment-governance-equity-sage</a></i></li> </ul>			

# RESUMO DA AVALIAÇÃO E PRÓXIMAS ETAPAS

## GERANDO UM RESULTADO FINAL

Use a tabela abaixo para resumir os resultados da triagem e da avaliação completa.

Critérios	Resposta (marque uma opção para cada critério)		
	SIM	INCERTO OU PARCIALMENTE	NÃO
<b>Avaliação de triagem</b>			
Critério 1: O local não é uma área protegida (PA)		N/A	
Critério 2: Existe uma probabilidade razoável de que o local apoie importantes valores de biodiversidades		N/A	
<b>Avaliação completa</b>			
Critério 3: O local é uma área geograficamente definida			
Critério 4: Está confirmado que o local apoia valores importantes de biodiversidade			
Critério 5: Existem instituições ou mecanismos para governar e gerir o local			
Critério 6: A governança e a gestão do local alcançam, ou espera-se que alcancem, a conservação in situ de valores importantes de biodiversidade			
Critério 7: A conservação in situ de valores importantes de biodiversidade deve ocorrer a longo prazo			
Critério 8: Os acordos de governança e gestão abordam considerações de equidade			

- ◆ Um local com uma **resposta “sim” a todos os critérios** é uma OECM confirmada, sujeita ao consentimento das partes interessadas e à aprovação da autoridade governante.
- ◆ Um local com uma combinação de **respostas “sim” e “incerto/parcial” ou com todas as respostas “incerto/parcial”**, continua a ser uma candidata a OECM, até que mais informações ou outras alterações permitam que seja confirmada como OECM.
- ◆ Um local com **uma ou mais respostas “não”** não é *atualmente* uma OECM, mas poderá ser reavaliado no futuro se uma alteração no local significar que todos os critérios foram atendidos.

As três seções abaixo descrevem os próximos passos recomendados para cada um dos resultados possíveis da avaliação.

## PRÓXIMOS PASSOS PARA UMA OECM CONFIRMADA

Quando um local atende a todos os critérios da OECM, as próximas etapas são:

- O resultado da avaliação, acompanhado de documentação, deve ser comunicado às autoridades de governança e gestão, aos Povos Indígenas, às comunidades locais e a outros titulares de direitos e partes interessadas.
- A documentação do processo e dos resultados da avaliação, incluindo os dados de apoio, deve ser armazenada de forma segura para referência futura.
- Quando o consentimento inicial (etapa 2) foi obtido apenas para a realização da avaliação, o consentimento deve ser então obtido para a identificação do local como uma OECM e para que ele seja relatado à Base de dados mundial sobre OECMs.

Assim que o consentimento para a notificação for obtido, o local deverá ser relatado à Base de dados mundial sobre OECMs. Os relatórios podem ser feitos pelo governo, pela autoridade governante ou por outra parte interessada com o consentimento da autoridade governamental. Pode ser necessário verificar os dados antes de serem adicionados à Base de dados mundial sobre OECMs (consulte a tabela 1). Orientações sobre locais de notificação para a Base de dados mundial sobre OECMs estão disponíveis no site Protected Planet, <https://www.protectedplanet.net/en/thematic-areas/oecms?tab=About>, neste [this user manual](#), ou podem ser obtidas entrando em contato pelo e-mail [OECM@unep-wcmc.org](mailto:OECM@unep-wcmc.org). Mais dados serão necessários para preencher todos os campos da Base de dados mundial sobre OECMs.

Tabela 1: **Provedores de dados e requisitos de verificação para a Base de dados mundial sobre OECMs**

Entidade que relata a OECM à Base de dados mundial sobre OECMs (o fornecedor de dados)	OECMs que podem ser relatadas à WD-OECM	Tipo de verificação realizada pela Base de dados mundial sobre OECMs
Provedor de dados governamental	OECMs sob todos os tipos de governança (governamental, privada, Povos Indígenas e comunidades locais, mista)	Os dados são considerados verificados pelo Estado e adicionados diretamente à Base de dados mundial sobre OECMs após a formatação e verificação da qualidade dos dados.
Provedor de dados não-governamental	OECMs em que o provedor de dados - é a autoridade governante da OECM, ou - tem o consentimento da autoridade governante	Os dados são verificados por verificadores governamentais ou verificadores especializados, dependendo da opção do fornecedor de dados, antes de serem adicionados à Base de dados mundial sobre OECMs.  Também são realizadas a formatação e verificação da qualidade dos dados.

- A OECM também deve ser relatada ou listada, conforme apropriado, em quaisquer bancos de dados e documentos nacionais e locais relevantes. Quando existe uma base de dados nacional de OECMs, muitas vezes será apropriado relatar os dados a essa base de dados em primeiro lugar, a fim de apoiar a elaboração de relatórios nacionais simplificados para a Base de dados mundial sobre OECMs.
- Se o local já estiver relatado na WDPA como uma PA, mas o resultado da avaliação concluir que o local é de fato uma OECM, então o PNUMA-WCMC deverá ser informado e uma solicitação de mudança de designação deverá ser feita pela autoridade relevante.
- Se apropriado, pode ser desenvolvido um plano de acompanhamento para a governança e gestão da OECM que defina os objetivos de conservação da OECM, incluindo o seu papel na paisagem terrestre/ marítima como um todo; a necessidade de apoio contínuo e desenvolvimento de capacidades; e mecanismos de envolvimento entre a autoridade governante e outras partes interessadas. A gestão da OECM provavelmente incluirá o monitoramento do estado da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e das ameaças ao longo do tempo, sendo essencial para garantir que a OECM continue a apoiar os valores importantes de biodiversidade pelos quais foi identificada.

## PRÓXIMAS ETAPAS PARA LOCAIS COM UMA OU MAIS RESPOSTAS “INCERTO/PARCIAL”

Quando um local continua a ser candidato a OECM, com uma combinação de respostas “sim” e “incerto/parcial” ou todas as respostas “incerto/parcial”, as próximas etapas são:

- A avaliação deve ser revista para identificar as razões pelas quais o local não atendeu totalmente aos critérios. Em particular, as respostas “incertas/parciais” devem ser examinadas para determinar se os critérios poderiam ser atendidos com informações adicionais (respostas “incertas”) ou se são necessárias mudanças na governança e na gestão do local (respostas “parciais”), tais como capacitação técnica. Quando apropriado, deverá ser desenvolvido um plano de ação para abordar esses pontos.
- O resultado da avaliação, incluindo qualquer plano de ação e plano de reavaliação, deve ser comunicado à autoridade governante (quando não for o avaliador), aos Povos Indígenas, às comunidades locais e a outros titulares de direitos e partes interessadas.
- A documentação do processo de avaliação e dos resultados, incluindo os dados de apoio, deve ser armazenada de forma segura, pois constituirá a base para qualquer reavaliação posterior.
- O local poderá ser reavaliado a qualquer momento com a atualização dos dados existentes. O avaliador deve determinar se as etapas de triagem (etapa 1) e consentimento (etapa 2) da avaliação permanecem válidas ou precisam ser repetidas.
- Os avaliadores e as partes interessadas podem propor que o local seria elegível para inclusão no âmbito de outros instrumentos nacionais ou de outras metas globais.

## PRÓXIMAS ETAPAS PARA LOCAIS COM UMA OU MAIS RESPOSTAS “NÃO”

Quando um local tiver uma ou mais respostas “não”, as próximas etapas são:

- A avaliação deve ser revista para identificar as razões pelas quais o local não atendeu aos critérios. Os avaliadores ou outras partes interessadas podem sugerir a implementação de um mecanismo para monitorizar o estado do local, para que ele possa ser reavaliado caso a situação mude no futuro. Alternativamente, quando apropriado, um plano de ação poderia ser implementado para abordar os pontos em que o local não atendeu aos critérios.
- A documentação do processo de avaliação e dos resultados, incluindo os dados de apoio, deve ser armazenada de forma segura, pois constituirá a base para qualquer reavaliação futura.
- O local poderá ser reavaliado a qualquer momento com a atualização dos dados existentes. O avaliador deve determinar se as etapas de triagem (etapa 1) e consentimento (etapa 2) da avaliação permanecem válidas ou precisam ser repetidas.
- Os avaliadores e as partes interessadas podem querer sugerir que o local seria elegível para inclusão no âmbito de outros instrumentos nacionais ou de outras metas globais.



**UNIÃO INTERNACIONAL PARA  
A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

SEDE MUNDIAL

Rue Mauverney 28

1196 Gland

Suíça

Tel +41 22 999 0000

Fax +41 22 999 0002

**[wcpa@iucn.org](mailto:wcpa@iucn.org)**

**[www.iucn.org/resources/publications](http://www.iucn.org/resources/publications)**